

OS REFLEXOS DO PRECONCEITO NA ESCOLA E SUA INFLUÊNCIA NA APRENDIZAGEM DO ALUNO

The reflections of prejudice at school and its influence on the student's learning

*Flávia Rodrigues Lima da Rocha
Nayra Lima Braga*

Introdução

Este texto é fruto do trabalho de conclusão do curso de Especialização Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola. A monografia foi realizada para investigar se existe ou não preconceito racial no ambiente escolar, mais precisamente na sala de aula, por parte dos professores, uma vez que esses estão diretamente ligados ao aluno e têm sobre eles, e sobre todo processo de ensino-aprendizagem, grande influência.

De acordo com as minhas experiências em sala de aula e em conversas em rodas de professores, encontros pedagógicos, grupos de estudos e observando os alunos até mesmo nos pátios da escola, percebi que os alunos negros e pobres são os que mais têm dificuldades de aprendizagem, os que são mais indisciplinados e são alvo de discriminação por parte dos colegas, comunidade escolar e principalmente dos professores, discriminação essa que pode gerar transtornos por toda sua trajetória escolar. Os pais pouco vêm nas reuniões escolares e os professores, muitas vezes, se prevalecem disso para propagar o preconceito, deixando esse aluno excluído e a escola passa a vê-lo como aluno “problema”, o responsável pelo índice da escola (se for baixo).

Seria justo, portanto, que esses alunos recebessem um tratamento diferenciado que os ajudasse a sanar “suas dificuldades”, porém, no cotidiano escolar, isso não acontece. Ao contrário, normalmente sentam-se nas últimas cadeiras da sala, e as dificuldades passam de uma série para outra quando não ficam retidos por muito tempo na mesma série, levando-os muitas vezes a desistir da vida escolar.

Foi realizado na escola Estadual de Ensino Fundamental I José Sales de Araújo, localizada no conjunto Universitário III, bairro do município de Rio Branco, Estado do Acre, algumas visitas nas salas de aulas no turno da tarde para identificar possíveis cenas de preconceito e discriminação. Partindo daí elaborei questionários diferenciados para os

professores e alunos para perceber nas respostas deles se existem preconceito e até que ponto esse preconceito prejudica a relação ensino-aprendizagem.

Muitas vezes por não conhecer o país e não entender a sua história tem-se receio de lidar com este tema publicamente e é por isso que muitos professores se mostram, hoje, incapazes de lidar com temáticas como racismo em sala de aula. Contudo, práticas racistas existem diariamente nas escolas. Consciente ou não, alunos, professores e funcionários se veem constantemente envolvidos em situações preconceituosas.

O documento intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais, da década de 1990, introduziu a temática denominada Pluralidade Cultural para abordar, entre outros aspectos, as relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, promovendo assim uma discussão sobre as práticas racistas dentro da sala de aula.

O principal foco deste trabalho foi observar os reflexos do preconceito racial na aprendizagem dos alunos. Foram observados o ambiente escolar, o tratamento dos professores para com os alunos, bem a reação dos alunos diante da discriminação racial.

Estudiosos sobre o assunto como Cavalleiro (2003), Santos (2005), Alexandre (2008), Pinho (2004), entre outros, afirmam que a escola, tal como a sociedade brasileira, é impregnada de racismo, estabelecendo-se como espaço de disseminação da discriminação contra a população negra de nosso país.

Santos (2005) também afirma que a discriminação racial reproduz-se em vários contextos sociais das relações entre negros e brancos. Nesse contexto a escola não se encontra isenta dessas reproduções.

Uma vez que muitos alunos negros ao perceberem que são deixados de lado por diversos motivos (pobreza, falta de material escolar, falta de responsáveis na escola, etc.) se sentem desmotivados, temerosos em expor suas dúvidas e isolados até mesmo pelos colegas de sala.

Daí partiu o interesse pelo tema desse trabalho para então verificar se o preconceito racial no ambiente escolar afetava realmente a aprendizagem do aluno, e posteriormente sua vida social; bem como observar os vários tipos de discriminação e suas possíveis causas; avaliar quais tipos de discriminação pode ser prejudicial no desenvolvimento cognitivo do aluno; entender o racismo como fruto de uma construção histórico-social e propor prováveis soluções para esse problema.

As escolas brasileiras não estão atentas para as práticas sutis de racismo existentes no espaço escolar, prejudicando, assim, o desenvolvimento educacional e social de crianças negras.

Nesse sentido, professores, pais e alunos tendem a negar que existam práticas racistas nas escolas. Xingamentos e apelidos de cunho racista são justificados como "brincadeiras". É comum que professores silenciem e se omitam, preferindo não tratar do assunto em sala de aula para "não levantar o problema" ou mesmo deixando de intervir nos casos de discriminação racial. Todos tendem a se declarar contra racismo, o que de alguma forma colabora para que não se discutam formas de identificar sutis discriminações, ou a reconhecer que os apelidos de teor racista, mesmo que aceitos pelas vítimas, doem e causam sequelas identitárias.

Pode-se perceber que o preconceito racial afeta o desempenho escolar do aluno, já que esse é um problema que envolve uma questão social que influencia a aprendizagem e a vida do indivíduo. A família também é um fator predominante na questão da discriminação, muitas vezes, quando a criança comenta sobre uma situação de racismo sofrido por ela e os pais dão pouca importância ou nem acreditam, isso acaba gerando um mal-estar na criança. E também o contrário é prejudicial, que é quando não se corrige as práticas racistas. Contudo, vemos que a escola, quando trata da caracterização do país e do reconhecimento de sua formação cultural apresenta uma série de equívocos disseminando ainda mais o preconceito, até os conteúdos abordados e apresentados aos alunos privilegia uma única forma de cultura, a forma aceitável de ser no mundo, a cultura europeia do branco colonizador.

O tema em estudo é de suma importância uma vez que estamos lidando com crianças que podem carregar e propagar esse preconceito pelo resto de sua vida, causando-lhes traumas podendo ser um fator relevante para um futuro abandono escolar.

O objetivo dessa monografia foi investigar se os alunos negros realmente têm mais dificuldades na aprendizagem em decorrência do preconceito racial sofrido na escola, mais precisamente em sala de aula, as formas de preconceito na escola, se as formas de preconceito na escola são intencionais ou despercebidas, se em decorrência do preconceito sofrido são alunos desmotivados e frustrados e com baixo nível de aprendizado, procurando-se métodos de sensibilizar a comunidade.

Dáí perceber-se neste trabalho a abordagem um estudo sobre a educação étnico-racial no Brasil, bem como sua história desafios e problemáticas.

Além disso, este texto aborda o trabalho de intervenção pedagógica realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental I José Sales de Araújo, mostrando que o conhecimento pode romper com mentalidades estruturalmente racistas e que a devida aplicação deste conhecimento pode promover igualdade racial no ambiente escolar.

O papel da escola no desafio da educação étnico-racial

Alguns professores, por déficit de capacitação ou até mesmo por preconceitos neles introjetados, não sabem identificar situações de discriminação no ambiente escolar e, especialmente na sala, momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e sensibilizar seus alunos sobre a relevância e a riqueza que ela traz à cultura e identidade nacional. Logo, o professor precisa ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente imposta em detrimento de sua própria natureza humana (MUNANGA, 2005).

Embora se trate de uma tarefa difícil, é responsabilidade da sociedade, de uma forma geral, transformar as pessoas, diminuir as práticas racistas, superar o preconceito, construir e preservar valores que envolvam o respeito entre as pessoas, estabelecer as possíveis relações em meio às diferenças e todo esse processo também passa pela escola, pois como instituição que faz parte da sociedade, ela vive as práticas de discriminação e de desigualdade que promovem a exclusão das pessoas e tem papel fundamental no romper da sociedade racista em que vivemos.

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o país e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela (BRASIL, 1996).

De acordo com Francisco Junior (2008) em seu texto, intitulado “Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores”, verificou-se que diversos professores não compreendem em quais momentos ocorrem atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosas que impedem a realização de uma educação anti-discriminatória. No entanto, um olhar um pouco mais crítico e preocupado com as relações estabelecidas na escola flagra situações que constata a existência de um tratamento diferenciado que hierarquiza o pertencimento racial entre os alunos. Essa diferenciação de tratamento, uma atitude anti-educativa, concorre para a disseminação, a reprodução e a permanência do racismo nas escolas e na sociedade.

A Lei 10.639/2003, que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira, propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Bem como objetiva promover uma educação que reconheça e valorize a diversidade com as origens do povo brasileiro, por exemplo, os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

O ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, após a aprovação da Lei 10.639/2003, fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Portanto, os professores exercem importante papel no processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

A escola é o lugar de construção, não só do conhecimento, mas também da identidade, de valores, de afetos, enfim, é onde o ser humano sem deixar de ser o que é se molda de acordo com sua sociedade. O Brasil, formado a partir de heranças culturais europeias, indígenas e africanas, não contempla de maneira equilibrada a valorização dessas três contribuições no sistema educacional. Por isso, ter como meta a efetiva realização das prerrogativas dessa lei é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária.

É preciso compreender e discutir até que ponto o racismo influencia o desempenho escolar no ensino brasileiro. Na infância, as práticas racistas podem deixar sequelas muitas vezes difíceis de serem tratadas. A delicadeza da temática e sua gravidade tornam a discussão a respeito do assunto tensa. As relações estabelecidas no âmbito escolar, no que se refere ao

ensino aprendizagem, não deixam dúvidas de sua complexidade, em se tratando da temática racial. As relações étnico-raciais na escola são, via de regra, movidas por uma invisibilidade, por parte da maioria dos professores e da comunidade escolar.

Quando se propõe uma discussão com os professores, ela gera, na maioria das vezes, tensão e desconforto. Muitos preferem silenciar, ao invés de enfrentar o problema. Alguns chegam a negar a existência de racismo na escola. A ausência de iniciativas diante de conflitos raciais entre alunos e alunas mantém o quadro de discriminação. Diante desses conflitos o “silêncio” revela conivência com tais procedimentos (Cavalleiro, 2001, p.153). Um passo importante em busca de uma educação anti-racista é reconhecer a existência de atitudes discriminatórias na escola e dar atenção quando essas atitudes ocorrerem.

O silêncio muitas vezes pode levar o aluno a se sentir confuso e abandonado, sem o apoio de uma pessoa, que neste momento deveria fazer algo para confortá-lo e fortalecer sua estima. A falta de ação leva, por vezes, a revolta, e o aluno passa a ser considerado violento, adquirindo o estereótipo de agressivo e a violência racial que ele sofreu é desconsiderada. Os diretores, pedagogos, professores e toda a comunidade escolar, em geral, precisam ser sensibilizados para a gravidade deste problema, que pode deixar sequelas, que podem acompanhar até a vida adulta deste aluno. É notável que, embora reconheçamos a diversidade do nosso país, fazemos parte de uma sociedade que, de verdade, não conhece o Brasil de fato, pois sempre que tentamos definir os povos que fazem parte do território brasileiro nos utilizamos de estereótipos que descaracterizam a cultura dos mesmos.

Por não conhecer o país, não entender a sua história e todos os problemas vividos aqui, ao longo da colonização, sempre tivemos muito receio de lidar com este tema publicamente e é por isso que muitos professores se mostram, hoje, incapazes de lidar com temáticas como o racismo em sala de aula. Contudo, práticas racistas existem diariamente nas escolas. Consciente ou não, alunos, professores, funcionários se vêem em situações preconceituosas.

É necessário um pacto semântico que inclua os valores de todos os grupos étnicos do Brasil. Esse pacto

[...] deve apoiar-se em material didático e pedagógico, onde negros, índios, amarelos e brancos tenham representadas suas imagens de forma positiva brasileiros na execução de todos os tipos de tarefa que nossa cultura, nossa civilização pressupõe e requer, nas ilustrações dos livros didáticos, em todos os níveis (do maternal a universidade) e em todas as áreas do conhecimento (TEODORO, 1987, p. 48).

Ao discutir a discriminação racial em livros didáticos, Negrão (1987) afirma que revelar o preconceito não é tudo e que se a denúncia é rica, as ações são ainda incipientes e muito tímidas no combate ao preconceito. Discorrendo sobre o mesmo assunto, Pinto (1987) aponta para “precariedade de material de apoio” que auxilie os professores a enfrentar o preconceito e a discriminação intra-escolares. Dessa maneira, a criação de materiais didáticos “é uma tarefa urgente e necessária”.

Para as crianças de cada faixa etária, o professor é marcante. Investir em um trabalho de orientação de educadores, sobretudo daqueles mais sensíveis e interessados em desmistificar ideias falsas sobre os negros, cristalizadas no imaginário da população.

Considerando-se a possibilidade de veiculação dessas falsas ideias no nível familiar, ligadas ao racismo e à discriminação racial, o preconceito educacional escolar, balizado na compreensão correta das relações interétnicas no país, pode provocar um impasse pedagógico. Tal impasse, estabelecido entre a concepção aprendida na escola e o preconceito entranhado nas práticas e noções familiares, pode ser enfrentado, num segundo momento, também com a interferência da escola. O círculo vicioso instaurado por uma educação preconceituosa recorrente pode vir a ser quebrado, já que o educador pode e deve também ser reeducado.

Nesse sentido é necessário construir uma nação sem desigualdades e formar cidadãos conscientes de não ofender a dignidade do outro em relação à raça (cor de pele) e etnia (língua e cultura) representam mais um desafio para todos nós, professores, e mais ainda para aqueles responsáveis por nossa formação, ou seja, professores que formam outros professores.

O nosso cotidiano escolar está impregnado do mito da democracia racial, um dos aspectos da cultura da classe dominante que a escola transmite, pois representa as classes privilegiadas e não a totalidade da população, embora haja contradições no interior da escola que possibilitem problematizar essa cultura hegemônica, não desprezando as diversidades culturais trazidas pelos alunos. Assim, apesar de a escola inculcar o saber dominante, essa educação problematizadora poderia tornar mais evidente a cultura popular.

A educação escolar ainda é um espaço privilegiado para crianças, jovens e adultos das camadas populares terem acesso ao conhecimento científico e artístico do saber sistematizado e elaborado. A escola é o espaço onde se encontra a maior diversidade cultural e também é um local de extrema discriminação. Tanto é assim que existem escolas para ricos e escolas para pobres, de boa e má qualidade, respectivamente. Por isso trabalhar as diferenças é um desafio para o professor, por ele ser o mediador do conhecimento, ou melhor, um facilitador do processo ensino-aprendizagem. A escola em que ele foi formado e na qual trabalha é

reprodutora do conhecimento da classe dominante, classe esta que dita as regras dos conteúdos a serem transmitido aos alunos. Mas se o professor for detentor de um saber crítico, poderá questionar esses valores e saberá extrair desse conhecimento o que ele tem de valor universal.

Na maioria dos casos, os professores nem se dão conta de que o país é pluriétnico e que a escola é o lugar ideal para discutir as diferentes culturas, e suas contribuições na formação do nosso povo. Eles também ignoram que muitas vezes as dificuldades do aluno advêm do processo que está relacionado à sua cultura, tão desrespeitada ou até ignorada pelos professores, os educadores e responsáveis pela educação de crianças na sua grande maioria são vítimas dessa educação preconceituosa, na qual foram formados e socializados. Esses educadores não receberam uma formação adequada para lidar com as questões da diversidade e com os preconceitos na sala de aula e no espaço escolar.

Trabalhar igualmente essas diferenças não é uma tarefa fácil para o professor, porque para lidar com elas é necessário compreender como a diversidade se manifesta e em que contexto. Portanto, pensar uma educação escolar que integre as questões étnico-raciais significa progredir na discussão a respeito das desigualdades sociais, das diferenças raciais e de outros níveis e no direito de ser diferente, ampliando, assim, as propostas curriculares do país, buscando, então, uma educação mais democrática.

A tão sonhada igualdade de direitos e oportunidades também não ocorre, já que desde o início a escola é considerada uma instituição seletista, que aplica em sua prática um caráter totalmente elitista (Itani, 1998). Isso acaba refletindo em uma sociedade igualmente seletiva, cheia de preconceitos.

A questão agora é como acabar ou ao menos diminuir as práticas racistas na escola.

Para Souza; Motta; Fonseca (2002),

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são orientados de acordo com os princípios constitucionais de dignidade e igualdade de direitos, participação e responsabilidade pela vida social. Foram difundidos aos professores do Ensino Médio e Fundamental no ano de 1997, data de sua publicação, com o objetivo essencial de oportunizar a discussão em sala de aula acerca de questões sociais, tais como, Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual de forma integrada e inovadora aos conteúdos curriculares, numa perspectiva de educação para cidadania (SOUZA; MOTTA; FONSECA, 2002, p. 45-46).

Com os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) podemos citar alguns exemplos de práticas cotidianas docentes para o melhor desenvolvimento em uma sala de aula

com grande diversidade. Conhecer e valorizar a pluralidade étnocultural brasileira; valorizar as várias culturas presentes em nosso país; reconhecer as qualidades de cada cultura, valorizando-as criticamente; repudiar todo tipo de discriminação seja ela de ordem religiosa, étnica, sexual, entre outras; valorizar um convívio pacífico e criativo entre os diferentes; por fim compreender a desigualdade como um problema social passível de mudanças (SOUZA; MOTTA; FONSECA, 2002).

Também são necessárias algumas mudanças no cenário escolar para que se reverta esse perverso quadro de discriminação racial na escola. Uma formação continuada de professores numa perspectiva “afrocentrada”; a retirada de material de conteúdo racista do acervo das escolas e a criação de um núcleo específico na secretaria da educação a fim de trabalhar sobre o assunto do ensino de história afro-brasileira (SOUZA; MOTTA; FONSECA 2002).

Considerar a diversidade não significa negar a existência de características comuns, nem a possibilidade de constituirmos uma nação, ou mesmo a existência de uma dimensão universal do ser humano. Pluralidade Cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano (BRASIL, 1996).

Trata-se de uma discussão que, no meio escolar, valorizar as questões éticas, na medida em que os alunos conhecem os valores de sua cultura e de outras culturas, tão diferentes da sua e isso promove a necessidade de respeito pelos outros que só é possível serem alcançadas quando se tem a conscientização da pluralidade cultural que faz parte do cenário brasileiro.

No estudo sobre Pluralidade Cultural, dois assuntos merecem maior destaque: desigualdade social e discriminação, pois se trata de dois aspectos que promoveram e ainda promovem a exclusão social tão marcada em nossa sociedade, impedindo a muitas a algumas pessoas de terem os mesmos direitos e as mesmas oportunidades.

Ambas, desigualdade social e discriminação se articulam no que se convencionou denominar “exclusão social”: impossibilidade de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, e de participação na gestão coletiva do espaço público — pressuposto da democracia. Por esse motivo, já se disse que, na prática, o Brasil não é uma sociedade regida por direitos, mas por privilégios. Os privilégios, por sua vez, assenta-se em discriminações e preconceitos de todo tipo: socioeconômico, étnico e cultural. Em outras palavras, dominação, exploração e exclusão interagem; a

RELPE, Arraias (TO), v. 2, n.2, p. 14-35, 2016

discriminação é resultado e instrumento desse complexo de relações (BRASIL, 1996, p. 19).

Contudo, embora o Brasil seja um país marcado por tantos problemas oriundos da diversidade cultural, muitas experiências apresentadas cotidianamente nos sugerem uma esperança na valorização das diferenças, na medida em que também tentamos viver nesse mundo nos conhecendo e conhecendo os outros. Por isso considero imprescindível o trabalho com a Pluralidade Cultural na sala de aula, pois a discussão dessa temática pode levar as pessoas a um reconhecimento do mundo em que vivem suas caracterizações, problemas e transformações, pois são esses conhecimentos que nos abrem caminho para a cidadania e para o respeito ao próximo, inclusive pelo diferente.

O trabalho que nesse texto se apresenta ocorreu em dois momentos distintos. Sendo o primeiro deles com um grupo de alunos do segundo turno da já referida escola, sendo três de cada sala, em um total de 24 alunos, uma vez que a escola possui oito turmas funcionando no segundo turno. Estes alunos, convidados a participar deste trabalho são alunos do 1º ao 5º ano, com idades entre 06 (seis) e 10 (dez) anos, em média.

O trabalho com os alunos consistiu em uma oficina onde foi mostrado um vídeo, *O racismo no avião*, onde uma mulher se nega a sentar ao lado de um negro e depois é retirada do acento para não incomodar o homem negro, com seu racismo grosseiro. Após o vídeo foi realizada uma conversa para saber qual a impressão dos alunos sobre o vídeo, o que eles acharam, se eles se identificam com o vídeo, bem como se em algum momento passaram por esse tipo de constrangimento, o que fizeram e como se sentiram.

Logo após essa roda de conversa foi distribuído material didático para que os alunos desenhassem como achavam que deveria ser a relação entre as pessoas de diferentes cores.

Terminado este primeiro momento, foi feita uma análise dos dados, para serem então transformados em gráficos, como resultado da pesquisa com os alunos, para apresentar aos professores.

O segundo momento deste trabalho consistiu em uma oficina com todos os professores da escola, começando com a apresentação do vídeo *Bonecas negras*, onde crianças de diferentes cores, inclusive negras, atribuem a bonecas negras todas as características negativas, como feia, má, etc. Após a apresentação do vídeo foi feita uma breve discussão sobre o mesmo, ouvindo deles o que acharam sobre o vídeo, se esse sentimento das crianças do vídeo era claro para eles; realizando também um levantamento prévio dos conhecimentos dos professores a respeito da lei 10.639/2003.

Neste momento, com os professores também foi aplicado um questionário com perguntas sobre a lei 10.639/2003, sobre o que eles sabiam, quais suas dificuldades na aplicabilidade da lei, suas experiências, etc. Logo após, foi apresentado aos professores a análise dos dados da pesquisa realizada por meio de oficina realizada com os alunos.

Ainda neste momento com os professores, foi feita uma apresentação da lei 10.639/2003 por um representante do Curso de Especialização Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola.

Por fim, foram colhidos entre os professores sugestões sobre formas, ideias em como promover igualdade racial na escola através de nossa práxis pedagógica, fazendo cumprir assim a referida lei.

Estudando as relações étnico-raciais na escola de Ensino Fundamental I José Sales de Araújo

Para realização desse trabalho foram feitas algumas visitas à escola durante o turno da tarde no período de uma semana, para observação das turmas. Um dia em cada sala por volta de trinta a quarenta minutos para conhecer um pouco dos alunos, tentar perceber se existia ou não um preconceito em relação aos alunos negros e ver como era a rotina na sala. No começo os alunos ficaram tímidos, mas logo se soltaram, as professoras facilitaram o trabalho, me atendendo muito bem e isso facilitou minha interação com os mesmos.

Nas salas, as cadeiras são divididas pelos tamanhos dos alunos, os menores sempre na frente para verem melhor, mas a tarde como a maioria dos alunos é grande, alunos repetentes e sempre estavam sentados atrás, alunos esses que ficavam dispersos durante a aula brincando ou chamando atenção dos demais. Pouco lhes era dada atenção, por parte dos professores eles nunca sabiam o conteúdo da aula e nem respondiam as perguntas que lhes eram feitas e eram motivos de brincadeira e risos pelos demais alunos.

No primeiro ano, como os alunos eram pequenos, a sala era bem tranquila, os alunos bem comunicativos e curiosos para saber qual era o meu trabalho. Os alunos brancos sempre na frente eram os que davam opiniões, bem como era os selecionados para ser “o ajudante do dia” (que é uma participação de um aluno a cada dia nas atividades de ajuda ao professor), os que lhes eram feitas as perguntas e acatada as suas respostas. Os alunos negros, sentados atrás, apenas olhavam a rotina da sala, mas muito dispersos, sem material, muitos com a farda suja e ficavam sempre calados na hora das intervenções pedagógicas.

No segundo ano, uma sala com alunos repetentes, sala lotada, muito quente. Como eram maiores participavam mais da aula e também atrapalhavam mais, fazendo brincadeiras o tempo todo e a professora chamava a atenção dos alunos que estavam brincando, mas as explicações eram apenas para quem prestava atenção, que era um grupo pequeno. Foi um dia de revisão de prova e percebi que os alunos negros de nada sabiam do que a professora estava ensinando e por isso não prestavam atenção.

No terceiro ano tinha alunos de oito a quatorze anos, os maiores sempre atrás por causa do tamanho e estes manifestavam ter muitas dificuldades. A maioria dos alunos negros não sabia ler e apenas copiavam do quadro do jeito deles, nem o seu caderno era visto na sala na hora das correções das atividades. Alunos envergonhados no momento que lhes eram feitas perguntas sobre a aula porque já temiam que os demais fossem rir porque eles não sabiam do conteúdo e isso já provocava desordem na sala. Por isso que a professora não lhes dava atenção fazendo perguntas nem lhes dando explicações, e assim entravam e saíam da sala passeando pela escola.

No quarto ano, a professora estava de licença e tinha outra professora substituindo-a, ela ainda estava se acostumando com os alunos e eles com ela e a desordem era grande. A professora quase não conseguia dar aula, os alunos negros, sentados atrás, dominavam a sala, parecendo que não estavam sendo vistos pela professora, pois a mesma não os limitava.

No quinto ano, apesar de ter alunos com 15 anos, a professora tinha um melhor controle da turma, os alunos estavam bem calmos, percebi durante a aula que os alunos com maiores dificuldades também são os alunos negros, ficam envergonhados pelo seu grande tamanho em relação à idade/série e pouco expõem suas dúvidas, que então dificilmente são sanadas.

Em todas as salas em que estive é bem claro que os alunos negros, são os que realmente têm dificuldades de aprendizagem, alunos oriundos de famílias de classes desfavorecidas e de pais preconceituosos, são alunos desmotivados que vão para a escola muitas vezes pela refeição que a escola oferece, ou porque são obrigados pelos pais, e na escola encontram um ambiente totalmente preconceituoso, propagando aquilo que já vivem em casa e na comunidade em geral.

Conversando com as professoras sobre os alunos que sentam atrás, que estavam “atrapalhando” a aula, me disseram que “eles são assim mesmo, não querem nada com a vida, já fiz de tudo, só vêm na escola para atrapalhar a aula, não tem mais jeito, já chamei os pais várias vezes e ninguém faz nada”. E assim esses alunos vão ficando sempre com dificuldades

e cada vez mais desinteressados nas aulas, como sentam atrás na maioria das vezes nem sequer copiam o conteúdo, assim não têm assunto para estudar no dia das provas.

A investigação também se estendeu em saber como esses alunos estavam em suas avaliações bimestrais, já que percebi que eles tinham muitas dificuldades na leitura e na escrita, até sabiam o conteúdo, mas não sabiam se expressar nem escrever suas respostas. Durante os encontros pedagógicos onde as professoras expõem as notas e dificuldades dos alunos, comparou-se com os encontros pedagógicos de anos anteriores, quando alunos negros estavam quase sempre abaixo da média e as professoras pediam para ligar para a família que ainda não tinha aparecido na escola mesmo com todos os comunicados enviados pelos professores.

Quanto ao primeiro vídeo, *Racismo no avião*, um aluno negro falou que já tinha vivenciado a mesma situação na sala quando foi sentar na frente, onde só tinha alunos “inteligentes” e brancos, os alunos não o aceitaram e a professora lhe tirou de lá. Outros falaram que convivem com isso todos os dias no pátio da escola com seus colegas, se sentem constrangidos e envergonhados e por isso batem e brigam com os demais alunos, que no começo não queriam ir para a escola porque a professora não fazia nada nem seus pais, os alunos percebem o preconceito em todos os sentidos (cor da pele, nível econômico-social, etc).

Percebeu-se então que a maioria dos alunos selecionados para serem sujeitos desta pesquisa já sofreu preconceito na escola e nada aconteceu para que esse trauma lhe fosse amenizado, falaram que já estão acostumados, outros acham que é assim mesmo, e a única forma de se defender e de chamar atenção é com a violência.

Após a discussão sobre o vídeo, foi oferecido aos alunos papeis e lápis de diferentes cores para que eles escrevessem ou desenhasssem da maneira que quisessem como eles entendiam que deveria ser a relação de pessoas coloridas nesse mundo. Os alunos maiores escreveram como achavam e os menores que não sabiam escrever desenharam. Como também levei alunos brancos ficaram atentos aos relatos dos amigos e disseram que realmente praticavam o preconceito e discriminavam seus amigos, mas era sem intenção e que não achavam que deixavam seus colegas magoados diante de tal situação e que nunca mais fariam outra vez e a partir daquele dia iriam agir diferente, tentando combater o preconceito e a discriminação por onde passassem.

Avaliando os desenhos dos alunos, todos tinham o mesmo sentido, eles desenharam pessoas negras e brancas mostrando que todos deveriam viver unidos e respeitando uns aos outros.

No momento com as professoras e com a gestão da escola, nem todos compareceram, apesar de terem sido convidadas, foi explicado o momento com os alunos. Foi mostrado o vídeo racismo com as bonecas para as professoras, elas ficaram espantadas e falaram que nunca imaginaram um comportamento daquele vindo de uma criança, em seguida entreguei um questionário com as mais variadas perguntas: qual sua cor de pele, se já haviam se deparado com uma situação de racismo em sala de aula, se conheciam a lei 10.639/2003, se na escola a lei está inclusa no currículo com o qual trabalham, se encontram dificuldades na aplicabilidade da referida lei em sala de aula, se na escola já desenvolveram algum grupo de estudo sobre a temática afro-brasileira, se acham que os alunos negros são os que realmente têm mais dificuldades no aprendizado e a que atribuem e perguntei se tinham sugestões para o enfrentamento e combate ao preconceito racial na escola.

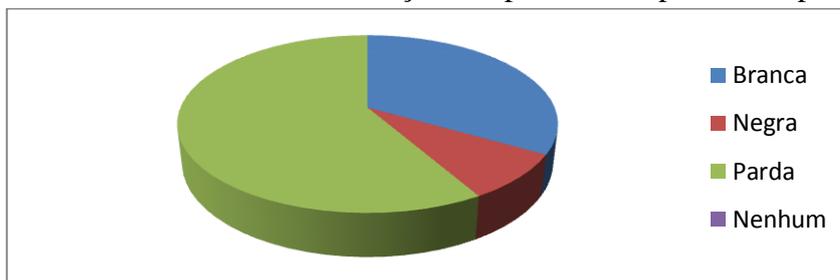
Algumas professoras ao ver o vídeo ficaram analisando sua prática pedagógica e tratamento com os alunos, outras falaram que isso nunca aconteceu em sua sala, trata todos da mesma forma para que todos tenham as mesmas oportunidades, mas nem todos querem, “faço minha parte”, disse uma delas. Lendo os questionários somente uma professora se auto-declarou negra, as demais se declararam pardas e brancas.

Mostrei os desenhos dos alunos e suas percepções em sala de aula, e as professoras ficaram chocadas com o que passava diariamente debaixo dos seus olhos sem que percebessem e algumas entenderam o prejuízo causado aos alunos.

Foi apresentada a lei 10.639/2003 para as professoras, seu histórico e importância. Durante a apresentação elas negaram qualquer tipo de preconceito e exclusão na sala de aula, falaram que pouco acontece, mas logo é resolvido por elas mesmo. Sentiram-se motivadas e interessadas pela lei e acham importante uma explicação dessa legislação para toda comunidade escolar já que todos lidam com os alunos na escola, algumas falaram que ainda não tinha se atentado para a cor e o preconceito em relação à dificuldade dos alunos, mas a partir daquele dia iam ficar mais atentas e sensíveis a esse assunto, porque se preocupam com a aprendizagem e o bem estar dos seus alunos.

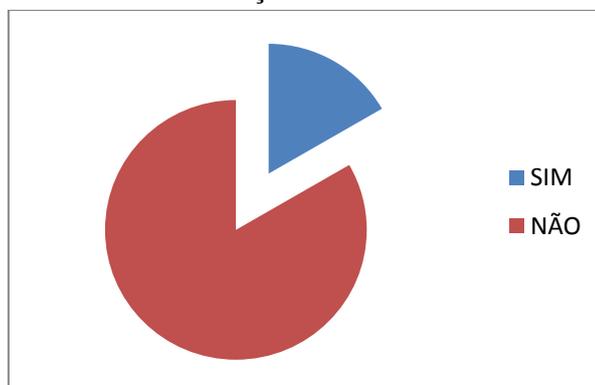
Apresenta-se a seguir os resultados da pesquisa com as professoras:

Este primeiro gráfico trata da cor de pele declarada pelas professoras, das doze que participaram da reunião, quatro se auto-declararam brancas, uma negra e sete pardas.

GRÁFICO 1 – Autoclassificação das professoras por cor de pele

FONTE: a pesquisa.

Neste gráfico abaixo, percebe-se que das doze professoras, dez não conhecem a lei 10.639/2003 e somente duas disseram que a conhecem.

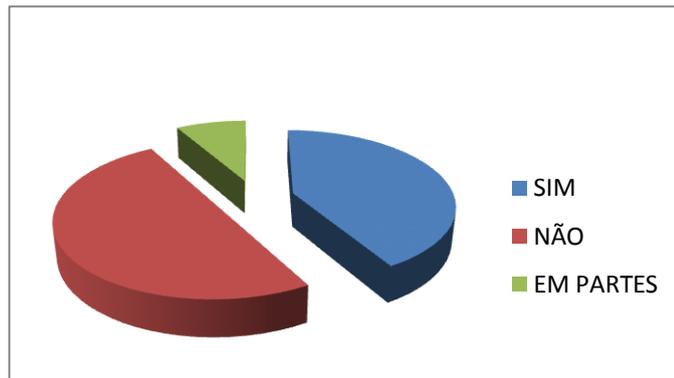
Gráfico 2- Declaração de conhecimento da lei

FONTE: a pesquisa.

O gráfico 3 trata da resposta das professoras em relação ao que achavam em relação à dificuldade na aprendizagem dos alunos negros.

Das doze professoras seis não concordam que a dificuldade tem relação com a cor, cinco acham os alunos negros têm mais dificuldades e uma considera em partes.

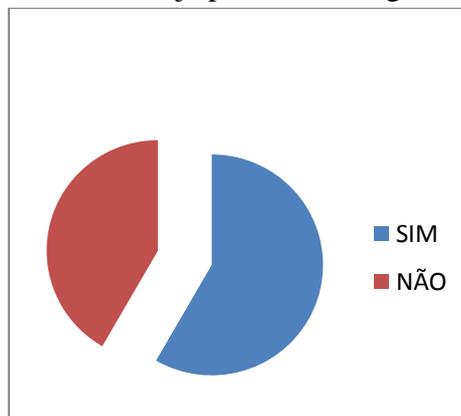
Gráfico 3- Respostas das professoras se concordam se os alunos negros têm mais dificuldades na aprendizagem



FONTE: a pesquisa.

Este quarto gráfico mostra se as doze professoras chegaram a presenciar alguma cena de preconceito na sala de aula. Sete afirmam que sim, já se deparou com situações de racismo em sala de aula, mas elas mesmas “resolveram”, cinco disseram que isso nunca aconteceu.

Gráfico 4 – Professoras em sala já presenciara alguma situação de racismo

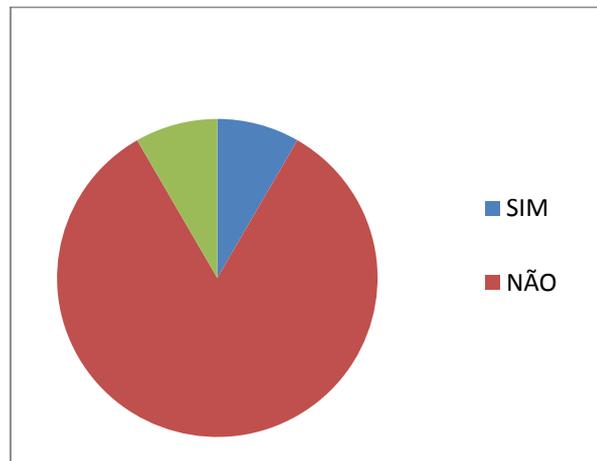


FONTE: a pesquisa.

O gráfico abaixo, de número 5, mostra a resposta das professoras em relação às dificuldades na aplicabilidade da lei.

Das doze professoras somente uma assumiu que tem dificuldades para aplicar a lei em sala de aula, dez disseram que não encontram dificuldades e uma disse em partes, depende muito do aluno e da família.

Gráfico 5- Dificuldades encontradas pelas professoras na aplicabilidade da lei 10.630/2003 na sala de aula

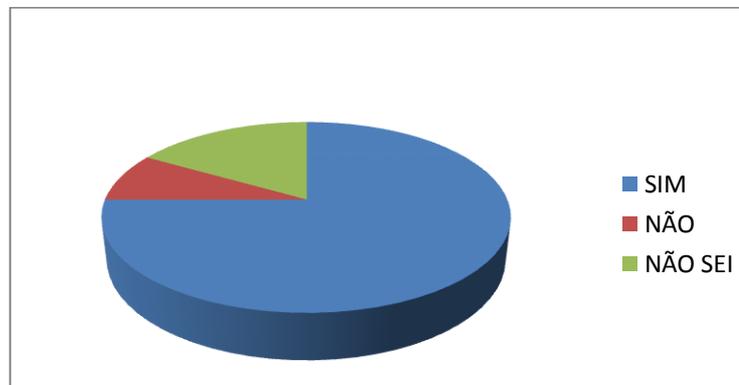


FONTE: a pesquisa.

O próximo gráfico, gráfico 6, mostra como a lei 10.639/2003 está inclusa no currículo da escola em estudo.

Das doze professoras que preencheram o questionário nove disseram que a lei estava inclusa no currículo da escola, mas citam a lei relacionada ao trabalho desenvolvido no dia da Consciência Negra, ou seja, no dia 20 de novembro. Uma disse que a Lei 10.639/2003 não está inclusa no currículo da escola e duas professoras afirmaram não saber.

Gráfico 6- A lei 10.639/2003 no currículo da escola

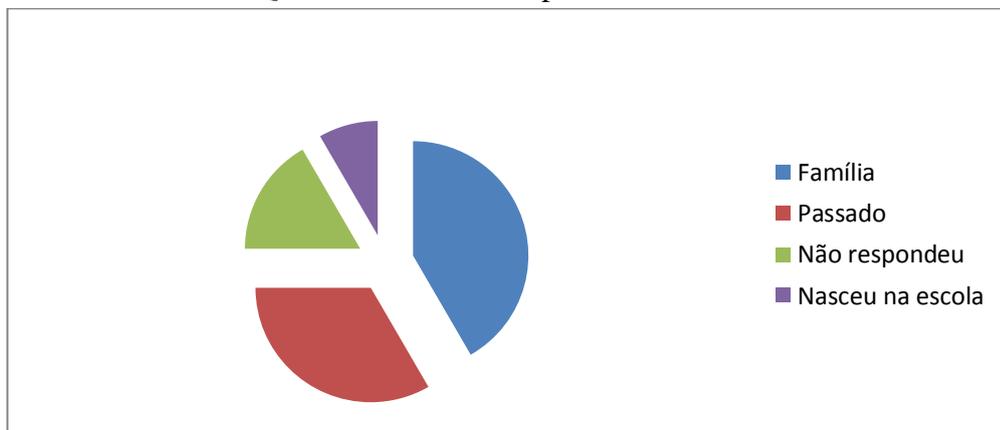


FONTE: a pesquisa.

O próximo gráfico, gráfico 7, apresenta quais os fatores que levam à prática de racismo no ambiente escolar.

Das doze professoras cinco atribuem à família o sentimento de discriminação racial manifestado pelos alunos durante a pesquisa, entendem que os alunos têm complexos de inferioridade, adquiridos em casa, eles mesmos são preconceituosos; quatro acham que ainda são vestígios do passado escravista que teve o Brasil, que reflete na realidade dos alunos. Duas não responderam e uma professora acha que esse racismo começa na escola.

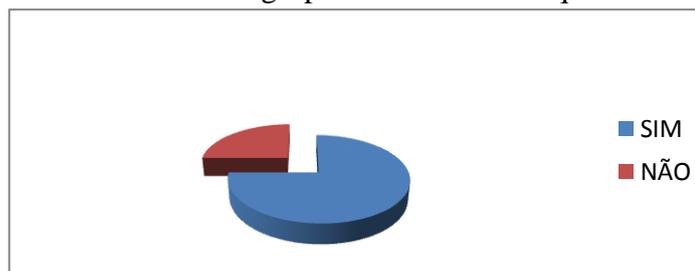
Gráfico 7- Quais fatores levam a prática de racismo na escola



FONTE: a pesquisa.

O oitavo gráfico mostra a resposta das doze professoras sobre o fato da escola desenvolver grupo de estudo para discutir e estudar temáticas voltadas às relações étnico-raciais. Nove responderam que a escola desenvolve sim grupos de estudos sobre esta temática, relacionando isto ao encontro que se tem anualmente para tratar de como será o dia da Consciência Negra na escola. Três responderam que nunca teve, mas sentem necessidade, de materiais sobre o assunto, palestras e um suporte melhor tanto para os alunos como para os professores.

Gráfico 8- A escola desenvolve grupo de estudo sobre questões afro-brasileiras



FONTE: a pesquisa.

E, por fim, este último gráfico abaixo trata sobre a percepção em relação às professoras sobre a importância de a escola promover grupos de estudo sobre as questões afro-brasileiras.

Todas as professoras consideram importante realizar um grupo de estudo para uma melhor explicação para todos os funcionários da escola sobre a temática afro-brasileira.

E expuseram a possibilidade de uma palestra para os pais também porque percebem a família como parte importante nesse processo.

Sobre a pergunta, se consideram importante um grupo de estudos sobre a temática étnico-racial, as professoras foram unânimes em afirmar que sim.

Percebe-se então, na oficina com as professoras, que elas ficaram motivadas e, em outro momento, pessoas da escola, que não estavam lá no dia da apresentação, mas souberam do trabalho desenvolvido, parabenizou a iniciativa e demonstraram interesse em se especializar nessa temática para poder ajudar outros alunos.

Considerações Finais

Levando em consideração todo este trabalho realizado, o objetivo era identificar se na sala de aula existia preconceito contra os alunos negros por parte dos colegas de sala e professores e diante de todo trabalho percebi claramente esse preconceito e os prejuízos causados aos alunos.

Retomando então os objetivos iniciais deste trabalho percebeu-se que realmente existe preconceito na sala de aula por parte dos professores em relação aos alunos negros, mas após as pesquisas percebe-se que nem sempre essas formas de preconceito identificadas na escola são intencionais por parte dos professores, bem como se percebe que eles estão dispostos a rever sua prática e a compreenderem melhor o assunto.

A pesquisa nos revelou também que ninguém se declara preconceituoso até que ele perceba isso na sua prática, por isso fiz o esforço para que os alunos passassem para o papel suas impressões sobre discriminação racial, de forma que os professores como os alunos compreendessem o assunto, sendo que muitas até mesmo serem evitadas se houvesse a intervenção do professor em momentos de discriminação racial no ambiente escolar.

Acredito que certos professores ainda se sentem despreparados para lidar com essa temática porque estamos inseridos em uma sociedade estrutural e secularmente preconceituosa, onde muitas vezes não podemos expor nossa opinião, por não ter

conhecimento do assunto ou por concordar com o preconceito, então muitos acham que é melhor silenciar o caso do que tentar intervir. Ainda existem professores que acham muito trabalhoso lidar com aquele aluno considerado “problemático” e, portanto, tende ao fracasso escolar. Jogam a responsabilidade para a família achando que assim estão tirando a sua responsabilidade de docente.

Por isso acredito que trabalhando com os professores possa-se alcançar um público maior, levando-os a rever sua prática e procurar mudanças no sentido de melhorar a qualidade do ensino, tentando alcançar toda a sala de aula, incluindo às aulas os diversos alunos de cada sala. Na pesquisa percebeu-se que alguns professores não conheciam a lei, mas se mostraram interessados em estudar sobre o assunto e propuseram um grupo de estudo para iniciar essa temática, assumindo sua fragilidade diante de certas situações e reconhecendo que precisam e querem aprender para melhorar sua prática.

Referências

ALEXANDRE, C. 2008. *O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial*. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/Racismo%20-%20texto%20do%20Peck.pdf/view> >. Acesso em dez. 2016.

AQUINO, J. G. 2001. *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo, Summus.

BRASIL. 1996. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais (1º e 2º ciclos do ensino fundamental)*. Brasília: MEC.

CAVALLEIRO, E.S. 2001. (orgs.). Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, E.S. *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, p. 141-160.

CAVALLEIRO, E.S. 2000. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto.

FRANCISCO JUNIOR, W.E. 2008. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. *Ciência e Educação*, v.14, n.º 3, p. 397-416. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v14n3/a03v14n3.pdf> >. Acesso em dez. 2016.

ITANI, A. 1998. Vivendo o preconceito em sala de aula. In: AQUINO, J.G. (org.). *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo, Summus.

LOPES, N. 2007. *O racismo explicado aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir.

MENEZES, W. 2002. O preconceito racial e sua repercussão na instituição escola. *Textos para discussão - Fundaj*, ago. Disponível em: < <https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/article/view/943/664> > . Acesso em dez. 2016.

MUNANGA, K. 2005. *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC/SECAD.

NEGRÃO, E. V. 1987. A discriminação em livros didáticos e infanto-juvenis. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.º 63. Disponível em: < <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1279> >. Acesso em dez. 2016.

PINHO, P.S. 2004. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Annablume.

PINTO, R. P. A educação do negro: uma revisão da bibliográfica. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, n.º 62.

SANTOS, S. A. 2005. A Lei nº 10639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal n.º 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

SOUZA, E.F. 2001. Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCNs. In: CAVALLEIRO, E.S. *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro.

SOUZA, I. S; MOTTA, F. P. C; FONSECA, D. 2002. *Estudos sociológicos e antropológicos*. São Paulo.

TEODORO, M. L. 1987. Identidade, Cultura e Educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.º 63, nov., p. 46-50. Disponível em: < <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1270> >. Acesso em dez. 2016.

Resumo

Este trabalho é uma investigação sobre o preconceito racial na sala de aula por meio dos professores para com os alunos no primeiro segmento do Ensino Fundamental, bem como até que ponto esse preconceito prejudica a aprendizagem destes alunos. Objetiva assim identificar as formas de preconceito racial e descobrir suas possíveis causas. O trabalho consistiu em uma observação nas salas de aula da escola de Ensino Fundamental I José Sales de Araújo no município de Rio Branco, para observar um pouco da rotina da relação professor-aluno; posteriormente uma oficina com alguns alunos onde eles assistiram a um vídeo sobre racismo, deixando suas impressões por meio de um desenho e/ou de um texto sobre o que entenderam do vídeo. O resultado dessa oficina com os alunos foi mostrado aos professores, quando também foi apresentada a lei 10.639/2003 e um questionário com perguntas que buscavam perceber se existe ou não preconceito racial por parte dos professores e se eles conheciam a referida lei. O referencial teórico-metodológico apoia-se, principalmente nas reflexões de Alexandre (2008), Bauru (2008), Cavalleiro (2003) e Munanga (2005). Os resultados esperados foram alcançados, uma vez que os professores por mais que não assumissem o preconceito racial, mas se propuseram a rever e mudar suas práticas, e os alunos que assistiram o vídeo perceberam o preconceito mesmo que muitas vezes feito em forma de brincadeiras e se comprometeram a acabar com tais atitudes e combater o preconceito racial até mesmo na sua casa.

Palavras-chaves: Racismo. Ensino. Aprendizagem.

THE REFLECTIONS OF PREJUDICE AT SCHOOL AND ITS INFLUENCE ON THE STUDENT'S LEARNING

This project is an investigation about the racial prejudice inside the classroom through the teachers in relation to the students in the first segment of the Elementary School, and also how harmful this prejudice damages these students' learning. It aims to identify the forms of racial prejudice and try to find out its possible causes. The work consisted on observation in the classrooms of the José Sales de Araújo elementary school, which is located in the municipality of Rio Branco, to observe a little of the teacher-student relationship; posteriorly, a workshop with some of the students, in which they will watch a video on racism, pointing out their impressions through making some drawing and/or an essay about what they have understood about the video. This workshop's result with the students was shown to the teachers, when it was also presented the 10.639\2003 law together with a quiz whose questions aimed to realize if there is racial prejudice from the teachers or not, and if they knew the law which was mentioned. The theoretical-methodological referential is mainly based on Alexandre's reflections (2008) Cavalleiro (2008) and Munanga (2005). The expected results were reached, once that even if the teachers did not assume their racial prejudice, but the compromised themselves to look over and change their practices, and the students who watched the video could see the prejudice even if it was carried out on plays among the students, and also compromised themselves to quit such attitudes and fight the racial prejudice even at their own homes.

Key words: Racism. Teaching. Learning.